

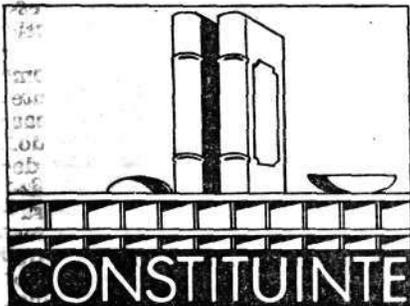
# Amin e Marchezan vão organizar novo partido

- 3 ABR 1987

ANC  
PORTO ALEGRE  
AGÊNCIA ESTADO

A formação de um novo partido político, de oposição ao governo federal, foi analisada em Porto Alegre pelo ex-governador de Santa Catarina Esperidião Amin e membros do diretório pedessista gaúcho, entre os quais o ex-deputado federal Nelson Marchezan. Novos contatos foram marcados para a articulação da agremiação que, segundo seus responsáveis, dará "nitidez" ao atual quadro político. O partido deve ser criado após o término dos trabalhos da Constituinte.

Ex-líder do governo na Câmara, Nelson Marchezan, embora ainda não considere conclusivas as negociações, argumentou que há necessidade de novos partidos para garantir a alternância do poder. Ele observou que entre 80 e 90% dos integrantes do atual Congresso apóiam o governo federal, confirmando que existe apenas "um amontoado" em torno do Executivo. "E se o governo fracassar, como ficará a situação política nacional?", indagou o ex-parlamentar.



## A Constituinte pede crédito suplementar

A Câmara vai solicitar ao Executivo a abertura de crédito suplementar da União para cobrir as despesas da Assembleia Nacional Constituinte, que não dispõe de recursos próprios para a manutenção técnica e de pessoal de que necessita. Os custos adicionais estão sendo calculados pela diretoria-geral da Câmara, que prevê um total de Cz\$ 10 milhões apenas para a compra de equipamentos de som para a gravação dos trabalhos das comissões e subcomissões temáticas.

O primeiro secretário da Mesa da Constituinte, deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA) calcula que a gravação dos debates das 24 subcomissões temáticas equivale a três anos de anotações taquigráficas convencionais do plenário da Câmara. Isto implicará a contratação de novos taquígrafos e pessoal de apoio. Terão de ser calculados, ainda, os custos das publicações de avulsos de todas as propostas de emendas à Constituinte (já existem cerca de 500), além de diversos outros impressos.

A Mesa da Constituinte reúne-se, pela primeira vez, na próxima segunda-feira, para tratar de abertura desse crédito suplementar. Tratará, ainda, da questão dos subsídios dos constituintes, que deverão ser unificados ao jeton.

Também admitindo o apoio da maioria dos partidos ao presidente Sarney, o ex-governador Esperidião Amin criticou o próprio PDS por não cumprir sua função de oposição. Segundo ele, no momento, o PT é o partido de maior "nitidez", pois nunca deixou de criticar a Nova República. Amin defendeu ainda a realização de eleições diretas para a Presidência da República logo após a promulgação da nova Constituição.

O ex-governador considera que a questão central no País é a falta de uma política econômica para combater a crise. "Falta rumo" ao governo, ele assinalou, lembrando que o Brasil está à porta da recessão. Ao defender a retomada da política da democracia social, com o apoio à iniciativa privada através da restrição da presença do governo na economia, Esperidião Amin garantiu que durante sua administração em Santa Catarina procurou esses objetivos. "Não criei estatais", afirmou, frisando que acabou com 30 diretorias de órgãos públicos e dois institutos do governo catarinense e ainda determinou que toda a expansão do serviço público ocorresse apenas no setor social.

## "Redação não mudaria papel dos militares"

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Seria ingenuidade supor que a simples mudança de redação de um dispositivo constitucional pudesse alterar um comportamento histórico das Forças Armadas, "comportamento culturalmente inserido na sua formação".

Essa observação foi feita ontem à tarde, na Constituinte, pelo deputado Gerson Peres (PDS-PA), a propósito da discussão que se trava a respeito do papel a ser reservado às Forças Armadas na futura Constituição. Gerson Peres disse não entender as razões dos que pretendem que elas fiquem encarregadas apenas da defesa externa, deixando a garantia da ordem interna a cargo das polícias estaduais.

"Sonho ou ingenuidade?" — perguntou. "As polícias porventura não se movimentam sob comandos e ordens?"

O deputado lembrou que as Forças Armadas sempre estiveram presentes nos grandes acontecimentos da história do País. "Os quartéis, disse, sempre foram o ponto final de sustentação dos movimentos civis revolucionários."

Gerson Peres apresentou algumas sugestões para resolver o problema das intervenções militares temidas pelos civis. Para ele, "somente a profissionalização e a politização dos militares, desde o colégio, conduzirão as Forças Armadas à permanente coexistência constitucional, sem violações de direitos, e com garantias estatais ou individuais". A "politização" levaria a uma melhor compreensão do papel dos políticos e do poder civil, e seria complementada com entrosamento entre as Forças Armadas e o Congresso Nacional.

ANC 88  
Pasta 01 a 07  
Abril/87  
052